



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013 ATA Nº 06/2013

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão extraordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego; Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara; Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, Adriana Martins Falcão Rebelo, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceu à sessão a Deputada Municipal, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, que justificou, atempadamente, a sua ausência.

Em representação da Câmara Municipal participaram o Senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanhado pelos Vereadores: Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota, Fernando Jorge Ventura Moniz, José Duarte Barbosa Cabecinha, Marco Paulo da Silva Teixeira e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal começou por saudar todos os presentes, designadamente, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Vereadores e o público presente.

De seguida, e, atendendo a que muitos dos Deputados Municipais assumem, pela primeira vez, essas funções, alertou que, sendo a sessão extraordinária, só poderiam ser discutidos os assuntos constantes da agenda de trabalhos. Informou, ainda, que também não haveria lugar à aprovação da ata da última sessão, referente à instalação daquele órgão, ao período antes da ordem do dia, nem à intervenção do público presente.

PONTO N.º 1 – ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE FINANÇAS DA LAGOA:

Foi presente à aprovação da Assembleia o seguinte voto de protesto, sobre o encerramento do Serviço de Finanças de Lagoa – Açores, o qual se transcreve:

“O PREMAC 2013 - Programa de Redução e Melhoria da Administração Central, aplicado pelo Governo da República, prevê o iminente fecho de cento e cinquenta Serviços de Finanças em todo o território nacional, com especial predominância no interior do país e nos Açores. Tal informação foi veiculada através dos órgãos de comunicação social, alegadamente sustentada por declaração do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no início do atual mandato de 2013/2017.

Esta medida restritiva e pouco criteriosa prevê, na Região Autónoma dos Açores, o encerramento do Serviço de Finanças de vários concelhos, nomeadamente o concelho de Lagoa, que será um dos afetados.

Deste modo, conscientes das nossas particularidades e especificidades, tal medida revela-se, deveras, preocupante, pois constitui um forte ataque à autonomia local e contribui para a deterioração das condições de vida das nossas populações, provocando, certamente, uma maior desertificação do nosso território concelhio. Por todas estas razões, é nosso propósito, enquanto representantes dos nossos concidadãos, encetar todos os esforços com vista à inviabilização daquela decisão.

A concretização desta medida centralista do Governo da República, penalizaria os cidadãos e contribuiria para a degradação de um serviço público que cabe ao Estado assegurar, além de fomentar as desigualdades entre cidadãos e de empobrecer o nosso concelho.

Com o encerramento deste serviço público no nosso concelho, considerado indispensável para garantir a fixação de população e o desenvolvimento da mais jovem cidade de Lagoa, a coesão territorial e a social deixam de existir, com a consequente perda de igualdade de oportunidades, devido a mais esta decisão extremista do Governo da República.

Esta medida, considerada um retrocesso de décadas para o desenvolvimento local, afetará a vida social e económica do nosso concelho que, nestes últimos anos, em algumas freguesias, já tem sido vítima de diversas subtrações de serviços.

Entendemos, assim, que o Governo da República não pode decidir a extinção do Serviço de Finanças de Lagoa, a realizar a curto prazo, ocultando esta medida da população visada, uma vez que o Município de Lagoa não foi ouvido, enquanto entidade representante dos valores e interesses dos seus cidadãos.

Face ao exposto, não podemos concordar com a decisão de encerramento do Serviço de Finanças de Lagoa, pois tal pressuposto deixaria de assegurar a igualdade de tratamento para com os cidadãos, em matéria de prestação de serviços públicos de qualidade e de proximidade, visto que somos contribuintes como os demais portugueses.

Neste contexto, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa proteste e repudie a intenção de encerramento do Serviço de Finanças de Lagoa (Açores), sem qualquer critério objetivo que sustente aquela intenção;
- A Assembleia Municipal de Lagoa delibere dar conhecimento do seu protesto a Sua Exa. a Senhora Ministra de Estado e das Finanças;
- A Assembleia Municipal solicite ao Ministério do Estado e das Finanças informações sobre a existência de algum estudo que suporte a extinção do Serviço de Finanças, no concelho de Lagoa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o referido voto de protesto.

2.º Aprovar aquela deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, as receitas próprias são fundamentais para o financiamento da atividade camarária, permitindo a sua autonomia financeira, sem que seja necessário recorrer à ajuda de terceiros;

Considerando que, em 2011 foi arrecadado 715.573,75€ e em 2012, o valor de 734.136,63€ com esta receita;

Considerando que a 12 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei n.º 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o n.º 5 do artigo 112.º do referido Decreto - Lei os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º1 do citado artigo, nomeadamente:

b) Prédios urbanos: 0,5 % a 0,8 %;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3 % a 0,5 %.

Sobre o assunto, proponho à Câmara Municipal para ser presente à Assembleia Municipal, a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%.”

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que, sendo esta a sua primeira intervenção neste mandato, gostaria de desejar as maiores felicidades a todos os Deputados Municipais, no exercício das suas funções. Acrescentou, ainda, que da parte da Câmara Municipal estaria sempre disponível, no âmbito das suas competências, para prestar quaisquer esclarecimentos, ou para responder a pedidos de informação quer naquele órgão, quer fora dele.

Relativamente ao assunto em questão, informou que, desde há alguns anos, o Município tem aplicado a taxa mínima legal do Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo igualmente proposta para o próximo ano.

Posteriormente, esclareceu que existiam duas taxas, a saber, uma para os prédios urbanos e outra para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, tendo sido a Câmara Municipal de Lagoa a primeira autarquia do país a concluir, num prazo considerado excelente, o processo de reavaliação dos imóveis para atualização do IMI. Referiu, ainda, que poderia, eventualmente, existir alguns prédios que não tenham sido reavaliados. Contudo, seriam, certamente, em número muito reduzido e referente a processos de cadastro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Afixar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2014, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o lançamento anual de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, os municípios deliberam anualmente a taxa de derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando que, as receitas próprias são fundamentais para o financiamento da atividade camarária, permitindo a sua autonomia financeira, sem que seja necessário recorrer à ajuda de terceiros;

Considerando que, é o objetivo da Câmara Municipal de Lagoa continuar a incentivar a atividade comercial, turística e industrial da grande maioria das

empresas do Concelho, bem como criar condições para a criação de novas empresas e postos de trabalho;

Proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, que:

- a) De acordo com o preconizado no n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, delibere a manutenção do valor de derrama em 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;
- b) Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou, que a proposta apresentada foi feita no sentido de manter o valor que já vinha sendo aplicado, pese, embora, algumas forças políticas, ali representadas, terem defendido na campanha eleitoral que se deveria reduzir, ou isentar o imposto em causa.

Em seguida, mencionou que, como era do conhecimento de todos os presentes, o Poder Local não vivia um momento que permitisse a isenção de taxas, nem a abdicação de receita, pois, cada vez que o Governo da República tinha oportunidade, retirava receita às Autarquias Locais, ressaltando o caso concreto da Câmara Municipal de Lagoa, que, devido à proposta do Orçamento de Estado e ao aumento do IVA no próximo ano, iria perder cerca de 200.000,00€ de receita, sendo aquela uma situação que deveria ser colmatada, por via da redução da despesa.

A receita que era arrecada pela autarquia, com a aplicação desse imposto, rondava, anualmente, o valor de 70.000,00€ a 80.000,00€, variável de ano para ano. Todavia, acrescentou que para o próximo ano deveria baixar, uma vez que seria um ano de crise, em que as empresas teriam, naturalmente, menos resultados que ficariam sujeitos a esse imposto.

Apesar das dificuldades que, atualmente, as empresas atravessavam, entendia que era uma receita de que não se deveria abdicar, tanto mais que seria para investir no concelho.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal, Rui Meneses, que, em primeiro lugar, felicitou todos os Deputados Municipais.

Em relação à aprovação da derrama, informou que o Partido Social-Democrata era contra a proposta apresentada, embora reconhecesse que o valor em causa não era muito significativo, porque se referia a um número reduzido de empresas. A questão era que, aquando da campanha eleitoral, tinham entendido e continuavam a entender, que era importante dar um sinal de que se queria atrair empresas para a Lagoa. Para o efeito, era necessário encetar alguma ação e reconhecia que tal facto não dependeria apenas da Câmara Municipal, a qual poderia ser, contudo, a responsável pelo início daquele processo.

Assim, defende e continuará a defender, conjuntamente com os restantes Deputados Municipais do Partido Social-Democrata, que se façam todos os possíveis para atrair mais empresas para a Lagoa. Neste âmbito, reconhece, ainda, que seria importante criar melhores condições nos parques industriais e nas suas acessibilidades, entre muitas outras condições, incluindo, nesse caso concreto, a isenção da derrama.

No momento seguinte, referiu que para a Lagoa ser considerada um concelho operário e industrial ter-se-ia que fazer muito mais e a isenção da derrama seria o primeiro passo. Face ao acima exposto, informou que não podiam apoiar aquela intenção, pois, eram a favor de todas as iniciativas que promovessem o investimento, atraindo mais empresas para o concelho e, consequentemente, aumentando o número de postos de trabalho, de modo a que todos se orgulhassem do seu concelho, evitando que nele houvesse desempregados, ou pessoas com reais dificuldades económicas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com sete votos contra, dos vinte e cinco membros presentes:

1.º Autorizar o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os €150.000,00, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

Foi presente pela Câmara Municipal, a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas) prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP).

De acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%, pelo que proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, a fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2014, em 0,25%.”

Posto isto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que a taxa em causa não tinha qualquer impacto na receita do Município, pois tratava-se de um valor irrisório, sendo a taxa proposta semelhante à que era aplicada nos restantes Municípios do país.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com um voto contra, dos vinte e cinco membros presentes:

1.º Afixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2014, em 0,25%;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO:

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, à semelhança dos anos anteriores, apresentava a proposta para a contratação do empréstimo de curto prazo, que se destinava a colmatar dificuldades de tesouraria, principalmente, no início do ano. O empréstimo a contrair seria liquidado no prazo de um ano, ou seja, até 31 de dezembro de 2014. Referiu, ainda, que existia um empréstimo que estava a decorrer, tendo já sido liquidada uma parte, enquanto o remanescente seria liquidado até ao final do corrente ano.

Acrescentou, ainda, que como os fluxos de tesouraria não eram constantes, ao longo do ano, e existia uma série de compromissos que tinham de ser respeitados, nomeadamente, as despesas obrigatórias, a contratação do referido empréstimo daria uma ajuda na gestão da tesouraria.

O Senhor Deputado Municipal, Rui Meneses, informou que a bancada parlamentar do Partido Social-Democrata não se oporia à contratação do referido empréstimo, pois, entendia que havia necessidade de apoiar a tesouraria, no pagamento das despesas do dia a dia. Assim, e de modo a não dar azo a alguma situação contraditória, relativamente ao prazo de pagamento do empréstimo, o Grupo Parlamentar do PSD aprovaria a proposta, desde que ficasse registado em ata que o empréstimo em questão seria liquidado até 31 de dezembro de 2014.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, dos vinte e cinco membros presentes:

1.º Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a alínea f) do n.º 1 do

artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual será liquidado até 31 de dezembro de 2014;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – APROVAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA EIRSU:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Nos termos do n.º 2, do artigo 9.º dos estatutos da EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Urbanos, propõe-se à Câmara Municipal a designação de João António Ferreira Ponte, como representante do Município de Lagoa, na Assembleia Geral.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que a EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Urbanos - era constituída pelos Municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo e que tinha sido criada para a gestão do concurso de recolha de resíduos sólidos naqueles três concelhos. O contrato, inicialmente, tinha surgido na AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel - , mas tornara-se necessário, por uma questão de separação de responsabilidades, criar a EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Urbanos. Em virtude das eleições realizadas, no passado mês de setembro, era necessário proceder à instalação dos novos órgãos.

A aprovação do Fiscal Único era da competência da Assembleia Municipal. Daí, ser presente à aprovação, adiantando que o Fiscal Único era o mesmo dos últimos quatro anos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a designação do Senhor João António Ferreira Ponte, como representante do Município na Assembleia-Geral da EIRSU – Empresa Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Urbanos;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em relação aos pontos n.ºs 7, 8, 9 e 10 da agenda de trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, no início de cada novo mandato era necessário designar os membros que integrariam os vários conselhos.

Deste modo, informou que a Mesa tinha propostas para apresentar, as quais poderiam ser discutidas, uma vez que a Mesa estava aberta a sugestões.

O Deputado Municipal, Rui Meneses, propôs que a Mesa apresentasse todas as propostas, de modo a que a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata pudesse reunir e discutir aquelas propostas.

Assim, a Presidente da Assembleia Municipal apresentou as seguintes propostas:

Para o Conselho Local de Educação propôs:

- 1 Deputado Municipal do PSD e 2 Deputados Municipais do PS, a saber: Maria Odete Pinho Cabral, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e a Deputada Municipal Victória da Silva Couto, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira Chã, por estar ligada à área da educação.

Para o Conselho Municipal de Segurança foram propostos:

- O Deputado Municipal, André Carvalho Almeida, e os Senhores Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Roberto Manuel Sousa Oliveira e Paulo Miguel Andrade Rego.

Para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa propôs:

- 2 Deputados Municipais do PS, designadamente Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino e Tiago Miguel Luz Almeida, um Deputado Municipal do PSD e um Deputado Municipal do CDS-PP.

Para a Comissão Municipal de Toponímia foi proposta:

- A Deputada Municipal do PS, Olga Maria Rodrigues Borges Soares.

Apresentadas as propostas, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata reuniu-se, a fim de as analisar.

Após a análise, a Deputada Municipal do PSD, Adriana Rebelo, informou que para o Conselho Local de Educação, o Partido Social Democrata far-se-ia representar por

ela própria; para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa far-se-ia representar pelo Deputado Municipal Rui Fernando Dinis Borges de Meneses. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança e à Comissão Municipal de Toponímia, concordavam com os nomes propostos pela Mesa.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o artigo 135.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto, que altera e republica o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo, integram o Conselho Local de Educação, os seguintes membros:

- a) O Presidente da Câmara Municipal ou um seu representante;
- b) Três membros da Assembleia Municipal;
- c) Um Presidente de Junta de Freguesia, a designar pela Assembleia Municipal;
- d) Um representante da Santa Casa da Misericórdia do concelho;
- e) Um representante das instituições de solidariedade social que exerçam atividade no concelho;
- f) O Presidente do Conselho executivo de cada unidade orgânica do sistema educativo que sirva o concelho;
- g) O responsável por cada uma das escolas profissionais existentes no concelho;
- h) Os presidentes das associações de pais das escolas que sirvam o concelho;
- i) Os presidentes das associações de estudantes que sirvam o concelho;
- j) Um representante do movimento associativo desportivo existente no concelho;
- k) Até cinco personalidades de reconhecida competência e empenhamento na área da educação, cooptadas pelos restantes membros do conselho.

Considerando que agora se inicia um novo mandato será necessário proceder à designação de novos cidadãos de reconhecida idoneidade. Assim, proponho à Câmara Municipal que submeta este assunto à Assembleia Municipal, a fim daquele órgão proceder à designação dos membros que deverão integrar o Conselho Local de Educação, conforme estabelecido pela Lei.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Designar os seguintes membros para integrarem o Conselho Local de Educação:

- Maria Odete Pinho Cabral
- Olga Maria Rodrigues Borges Soares
- Victória da Silva Couto
- Adriana Martins Falcão Rebelo

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – PROPOSTA – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o artigo 4.º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lagoa, integram o Conselho Municipal de Segurança, os seguintes membros:

- a) O Presidente da Câmara Municipal;
- b) O Presidente da Assembleia Municipal;
- c) Os presidentes das juntas de freguesia;
- d) O Comandante da Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Lagoa;
- e) Um representante do Projeto VIDA;
- f) Um representante dos Serviços de Ação Social da Lagoa;
- g) Um representante do NELAG – Núcleo de Empresários de Lagoa;
- h) Quatro cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal.

Considerando que agora se inicia um novo mandato será necessário proceder à designação de novos cidadãos de reconhecida idoneidade. Assim, proponho à Câmara Municipal que submeta este assunto à Assembleia Municipal, a fim daquele órgão proceder à designação dos membros que deverão integrar o Conselho Municipal de Segurança, conforme estabelecido no seu Regulamento.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Designar os seguintes cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança:

- André Carvalho Almeida
- Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado
- Roberto Manuel Sousa Oliveira
- Paulo Miguel Andrade Rego

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROPOSTA – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“De acordo com o artigo 17.º, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagoa é composta por um representante do município, a indicar pela Câmara Municipal e por quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal.

Considerando que agora se inicia um novo mandato, torna-se necessário designar novos elementos para a composição da referida Comissão.

Assim proponho à Câmara Municipal:

1.º Designar Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, como representante do Município na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagoa;

2.º Submeter este assunto à Assembleia Municipal, a fim daquele órgão proceder à designação dos membros que deverão integrar a referida Comissão.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Designar os seguintes membros para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagoa:

- Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino
- Tiago Miguel Luz Almeida
- Rui Fernando Dinis Borges de Meneses
- Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – PROPOSTA – COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre o assunto acima referenciado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a toponímia, definida como o estudo histórico ou linguístico dos nomes próprios de lugares, cuja origem e evolução se reveste de grande significado e importância, constituindo um elemento indispensável na identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis urbanos e rústicos.

Considerando que se pretende que as designações toponímicas estejam intimamente ligadas aos valores culturais e sociais das populações, refletindo e perpetuando a importância histórica de factos, pessoas, eventos e lugares.

Considerando que já se encontra em vigor o regulamento Municipal de Toponímia do Município de Lagoa e que, de acordo com o artigo 6.º do referido regulamento integram a Comissão Municipal de Toponímia os seguintes membros:

- a) Presidente da Câmara ou um Vereador, por si designado, que presidirá;
- b) Um membro designado pela Assembleia Municipal;
- c) De um a três cidadãos de reconhecido mérito, pelos seus conhecimentos ou estudos sobre o concelho de Lagoa, apresentados, em proposta a submeter à deliberação da Câmara Municipal;
- d) Um cidadão de reconhecido mérito, indicado por cada uma das Juntas de Freguesia do concelho de Lagoa;
- e) Dois membros do quadro técnico da Câmara Municipal.

Proponho à Câmara Municipal que esta Comissão seja constituída pelo Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, que a presidirá; por um membro designado pela Assembleia Municipal de Lagoa; por um cidadão de reconhecido mérito do concelho, designadamente a Professora Susana Goulart Costa e por dois elementos do quadro Técnico desta Câmara Municipal, a Dr.ª Verónica Maria Martins Almeida e o fiscal Germano Sousa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Designar o membro, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, para integrar a Comissão Municipal de Toponímia;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – RELATÓRIO N.º 17/2012-FS/SRATC – AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Foi presente o Relatório n.º 17/2012-FS/SRATC – Auditoria ao Município da Lagoa - Dívida pública e encargos plurianuais (Processo n.º 12/104.03), elaborado pelo Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por encerrada a reunião, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que a próxima sessão da Assembleia Municipal teria lugar no dia 30 de dezembro.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e dez minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRO SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA
